

Conflitos sobre os usos do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro: a operação “Choque de Ordem”*

Nilton Silva dos Santos**

Resumo

Neste artigo procuraremos analisar de que maneira a política de ordenação e repressão da prefeitura municipal do Rio de Janeiro, intitulada “Choque de ordem”, tem sido aplicada aos diferentes espaços da cidade. Pretendemos entender sua gênese, analisando-a como fruto de políticas regulatórias das condutas e comportamentos dos cidadãos cariocas num processo civilizatório, num sentido eliasiano, que tem obtido apoio, sobretudo dos meios de comunicação de massa. Ao mesmo tempo a regulação e privatização de espaços públicos tem impedido, sobremaneira, usos “rebeldes” por parte de importantes atores sociais, tais como vendedores ambulantes, brincantes no carnaval, moradores de rua, passeatas de movimentos sociais, etc. Entender a “natureza sociológica do conflito” (Simmel) em curso na arena urbana, na sua multiplicidade de processos de interação e de mediação, revelará a presença de surdas disputas em curso por atribuir eficácia simbólica (Delgado:2003) ao espaço público e a seus usos.

Palavras chaves: Rio de Janeiro; Conflitos urbanos; Espaço público; Gentrificação

Conflicts on the use of urban space in the city of Rio de Janeiro: the operation “Shock of Order”

Abstract

We will try in this article to analyze how the urban planning and repression policy of the municipality of the city of Rio de Janeiro, known as “Shock of Order”, has been imposed in different locations in the metropolis. We will also try to understand its genesis, analyzing the policies regulating the behavior of the carioca citizen, in a process of civilization, in the Eliasian sense, which gained support mainly of the mass media. At the same time the regulation and privatization of public spaces blocked in a significant way any rebellious and insurgent use by uncountable social actors like street vendors, carnival dancers, people living in the streets, as well as mobilizations by social movements, etc. To understand the “sociological nature of the conflict” (Simmel) taking place in the urban arena, in its multiple process of interactions and mediations, will uncover the silent presence of disputes for assignment of symbolic effectiveness (Delgado:2003) to public space and its uses.

Keywords: Río de Janeiro; Urban Conflicts; Public Space; Gentrification

*Hoje tem baile funk, tem samba no Flamengo,
um reverendo no palanque lendo o Apocalipse
(...) Cidade maravilhosa, és minha, o poente na
espinha das tuas montanhas quase arromba a
retina de quem vê.*

(Chico Buarque, “Carioca”, 2006).

Pensar a cidade, a metrópole ou o espaço público tem sido uma das tarefas mais desafiadoras, estimulantes e frutíferas com que diferentes pesquisadores, em diversas áreas, vêm trabalhando desde Georg Simmel, pelo

menos. A lição simmeliana de que a “sociedade é meramente o nome dado para um número de indivíduos conectados pela interação” serve-nos como ponto de partida.

Nesse espaço metropolitano, inúmeros fenômenos se desenrolam com seus atores sociais e suas particularidades à espera de leitores preparados para a reflexão. As festas populares, os megaeventos, as procissões, os comícios, os conflitos de rua, as trocas entre vizinhos, as marchas religiosas ou as do orgulho gay, etc são *locus* privilegiados para essa leitura analítica a

* Este texto foi apresentado nas I Jornadas Internacionais d’ Antropologia del Conflictu Urbà, realizada na Universidad de Barcelona, durante mesa em que pude compartilhar da companhia do professor José Fernandes, da Universidade do Porto. Agradeço ao convite gentil de Manuel Delgado para participar do encontro. Esta versão foi revista e ampliada em agosto de 2013.

** Professor Adjunto no Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA). E-mail: ninisants@gmail.com

partir dos materiais que temos disponíveis.

Os trabalhos de diversos estudiosos tomam o conflito urbano como momento propício a se pensar suas conexões com o poder, o lúdico, a mediação cultural, os modos de produção e reprodução tradicionais, entre outros temas. No entanto, esse oferecer-se à fruição que a rua atualizaria não deve dissimular a presença de surdas disputas em curso por atribuir uma *eficácia simbólica* (Delgado:2003) própria ao urbano e às suas múltiplas dimensões. Manuel Delgado, em seu livro *Carrer, festa i revolta: els usos simbòlics de l'espai públic a Barcelona (1951-2000)*, ao discutir os usos simbólicos do espaço público, observa que as festas populares, por exemplo, não são espaços apenas harmônicos e de culto ao passado; também, nesses eventos, os conflitos não são uma matéria estranha aos costumes; as festas anunciam as virtualidades, as energias e as potencialidades que se expressarão no tempo fazendo, desfazendo e refazendo a sociedade (p. 13).

Nesta comunicação, procuro analisar de que maneira a política de ordenação e controle da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, intitulada “Choque de ordem”, tem sido aplicada aos diferentes espaços da cidade. Pretendo entender sua gênese, analisando-a como fruto de políticas regulatórias das condutas e dos comportamentos dos cidadãos cariocas num processo civilizatório, num sentido eliasiano, que tem obtido apoio, sobretudo dos meios de comunicação de massa¹. Ao mesmo tempo, a regulação e a privatização de espaços públicos têm impedido, sobremaneira, usos “rebeldes” por parte de importantes atores sociais, tais como vendedores ambulantes, brincantes no carnaval, moradores de rua, passeatas de movimentos sociais, etc.

Claro que essas práticas regulatórias, higienistas e de controle social não surgiram da noite para o dia, mas têm sido experimentadas ao longo dos anos da história republicana brasileira na cidade do Rio de Janeiro. Um dos marcos da utilização de práticas urbanísticas para o controle das classes populares, em sentido muito largo, pode ser apontado com o processo conhecido como “Bota-Abaixo” que, reformulou o perfil do centro da cidade do Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o XX.

Como bem descreve o historiador José

Murilo de Carvalho, em seu clássico livro *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República* que não foi, a demolição de cortiços, como o famoso “Cabeça de Porco” – que abrigava, aproximadamente, quatro mil pessoas, no ano de 1892 – pelo então prefeito Barata Ribeiro, é uma das marcas desse processo de “limpeza urbana” que redundará no nascimento da primeira favela do país, situada no Morro da Favella (atualmente Favela da Providência). Somada à destruição de outros 600 cortiços, nos quais habitavam 25% da população da cidade do Rio de Janeiro, a construção de avenidas largas, como a Avenida Central – hoje chamada Avenida Rio Branco, inaugurada com festa em 15 de novembro de 1905 – e a Avenida Beira-Mar vinha fortemente inspirada pelas ideias da Europa da época, tendo sido tais obras conduzidas, pessoalmente, pelo então prefeito Pereira Passos² (1902-1906).

Tais operações na configuração espacial da cidade tornaram-na símbolo marcante de modernidade. José Murilo de Carvalho chama a atenção para a “prevenção republicana contra pobres e pretos” (1998:30) que se manifestou na perseguição movida pelo chefe de polícia do Distrito Federal no governo de Deodoro da Fonseca, Sampaio Ferraz, por exemplo, na luta contra os capoeiristas, os bicheiros e na destruição das formas de moradia popular, além das campanhas higienistas de vacinação.

Aliás, no Brasil, somos, usualmente, influenciados por ideias exógenas, como a do liberalismo político, embora muitos de nossos liberais defendessem a escravidão como forma de produção para o país, na transição do Império para a República. Nesse sentido, uma das mais recentes importações feitas foi a doutrina da Tolerância Zero, originalmente gerada nos Estados Unidos, nos marcos do governo de Nova Iorque, sob a administração de Rudolph Giuliani.

Na cidade do Rio de Janeiro, essa medida se materializa na chamada “Operação Choque de Ordem” que visa “combater a desordem nos espaços públicos” e que tem realizado, sistematicamente, operações contra prédios clandestinos e/ou construções irregulares, comércio ilegal (camelôs) e poluição visual. Em termos gerais, a pouco precisa e genérica noção de “caos urbano” serve como âncora para essa ideologia de controle e de regulamentação da

cidade e de seus cidadãos. Tanto assim que quase tudo tem sido alvo das operações da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP) que, em pouco mais de quatro anos, realizou mais de quatro mil intervenções regulatórias de toda espécie, como, por exemplo, a destruição de trinta e quatro imóveis no Recreio dos Bandeirantes (Zona Oeste da cidade), a recolha de sessenta e oito moradores de rua, multa a cento e sessenta e sete carros e a prisão de duas pessoas, segundo noticiou o jornal Zero Hora, de Porto Alegre³, de 7 janeiro de 2009.

No Portal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, lê-se que Choque de Ordem seria:

Um fim à desordem urbana.

A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas.

Com o objetivo de pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa Cidade, foi criada a Operação Choque de Ordem. São operações realizadas pela recém-criada Secretaria de Ordem Pública, que em um ano de existência vem conseguindo devolver à ordem à cidade.

[<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>]

É importante sublinhar que as iniciativas da administração municipal vieram na esteira da realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, em 2007. Ora, devemos ainda destacar que a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro firmou contrato com a Rudy's Giuliani, firma de consultoria em segurança do ex-prefeito de NY, para assessorar a cidade na preparação da candidatura à sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Outra empresa contratada pela prefeitura do

Rio foi a catalã PROCIVESA (Promoció Ciutat Vella S.A.), com a finalidade de contribuir com a candidatura Olímpica da cidade do Rio de Janeiro. O quadro de atuação deletéria dessa empresa na cidade de Barcelona é largamente tratada na tese de Miquel Fernández, “Matar al Chino. Entre la revolució urbanística y el asedio urbano en el barrio del Raval de Barcelona,” apresentada há poucos meses na Universidade de Barcelona. Aliás, desde o governo do prefeito César Maia (1993-1996 e de 2000 a 2008), de onde saiu uma jovem liderança conservadora, o atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, “se adotou no Rio de Janeiro um novo padrão de gestão urbana, de orientação neoliberal, que segue essencialmente os princípios do planejamento estratégico com influência direta do modelo catalão. Deve-se destacar que a realização de megaeventos estava presente, como estratégia, no primeiro Plano Estratégico de 1996, e que a atual conquista marca uma possibilidade renovada de construção de hegemonia com a afirmação de tal projeto. Entretanto, como indica a literatura, este gigantesco esforço de city marketing vem associado a altos custos para assegurar a posição das cidades-sede⁴”. (Sanchez, Bienestein & Mascarenhas: 2010) Dito de outra maneira, a cidade do Rio de Janeiro vive remoções de populações de áreas de “interesse olímpico”, gentrificação e reorganização do espaço urbano⁵.

A candidatura do Rio de Janeiro à Cidade Olímpica foi vitoriosa, numa aliança que juntou o então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (PT), o governador do Estado do Rio de Janeiro Sergio Cabral (PMDB) e o prefeito Eduardo Paes (PMDB). O anúncio da vitória do Brasil, em Copenhagem, ocorreu em 2 de outubro de 2009, e o presidente Lula afirmou que tal vitória era um marco na conquista de nossa “cidadania internacional”. Não precisamos fazer longas citações de Loïc Wacquant⁶ para saber que o desmonte do estado de Bem-Estar social (welfare state) custa o incremento do estado penal. Parece ser este o quadro no qual a cidade do Rio de Janeiro está, ou seja, em outras palavras, o da criminalização da pobreza e dos movimentos populares, além da imposição de padrões oriundos de pranchetas e de planos estratégicos de desenvolvimento. A desconsideração dos valores e significados atribuídos pelos populares

ao seu espaço de moradia, por exemplo, por parte dos planejadores urbanos, já foi tratada no clássico livro de Herbert J. Gans, *The urban villagers: group and class in the life of italian-americans* (1962), a propósito da remodelação de um bairro no West End, em Boston.

Para explicitar o argumento, a propósito do incremento do aparato repressivo na cidade, podemos apresentar outro caso recente. Em 5 de setembro de 2011, 420 oficiais da Guarda Municipal patrulharam o centro da cidade do RJ, durante 24 horas. A operação cobriu 70 ruas e praças, inclusive a Cinelândia, espaço simbólico das mobilizações cidadãs (Movimento Diretas Já, por exemplo) na cidade. A instrução da Guarda era atuar sobre os vendedores ambulantes e os panfleteiros, ocupando o espaço público. Cada guarda estava equipado com um GPS ligado à central de operações, no qual se poderia reportar, em tempo real, qualquer tipo de irregularidade, além de possuírem armas não letais, como *teasers* e spray de pimenta, além de cães adestrados. Sublinhe-se que a ênfase repressiva incide sobre trabalhadores informais, camelôs e subempregados na distribuição de propaganda em folhetos. Esse esforço tem-se constituído em corpo repressivo fixo representado pela Unidade de Ordem Pública (UOP).

Na Tijuca, bairro da Zona Norte da cidade, de perfil tradicional e que vota em candidatos de centro nas eleições, a prefeitura montou uma UOP com 220 guardas municipais para patrulhar, aproximadamente, 40 ruas, dando ênfase ao combate aos crimes de rua e aos estacionamento de carros em sítios irregulares. A fiscalização se aplica também ao transporte de passageiros em vans, táxis e moto-táxis, além de displays promocionais em lojas e mercados.

Embora os jornais e programas policiais de rádio e televisão (estes são muito populares na cidade) apoiem largamente a “política de ordenação urbana”, algumas vozes dissonantes aparecem. Um morador da Tijuca, por exemplo, declarou que a Operação “Choque de Ordem foi uma má iniciativa, pois incide sobre pessoas que estão trabalhando e têm suas mercadorias confiscadas pelos guardas municipais. Essas pessoas necessitam destes produtos para sobreviver. Eles não oferecem qualquer alternativa para estas pessoas sobreviverem”.

Esse morador relatou que um policial expulsou um homem com limitações de locomoção que cantava na rua em troca de algumas moedas.

Tal política de regulação do espaço público se repete por toda a cidade do Rio de Janeiro. Em Ipanema, Zona Sul da cidade, num dos acessos ao Morro Pavão-Pavãozinho, um depósito utilizado por ambulantes e catadores de lata para reciclagem teve todo seu material confiscado. Em Copacabana, isopores, bebidas, cadeiras, guarda-sóis e carrinhos (os chamados “burros-sem-rabo”) foram apreendidos, e um trabalhador foi detido e levado à delegacia por não ter documento com foto. Na Lapa, Zona Central e boêmia da cidade, um depósito foi invadido por policiais e fiscais da prefeitura, que levaram toda a mercadoria (comidas, bebidas, cadeiras, isopores, etc) e não entregaram laudo de apreensão algum aos responsáveis pelo local. Uma trabalhadora indignada falou: “A gente está numa situação ruim por falta de emprego. Nem pra trabalhar a gente presta. Olha aí, estão levando tudo!” Também na Lapa, os moradores da ocupação Carlos Marighella, que abriga, aproximadamente, 60 famílias, foi invadido, e as mercadorias no local foram levadas e jogadas num caminhão de lixo!

Uma trabalhadora, de 54 anos, vendedora de verduras e legumes nas ruas do Centro nos últimos dez anos, afirma: “A gente não tem mais respeito. Não importa a idade, tem que correr porque eles (os agentes da prefeitura) não querem saber se você é velho ou é novo. Eles roubam tudo e se discutir ainda apanha. Minhas pernas já não aguentam mais essa vida, mas eu não posso largar isso porque é tudo que tenho. Crio uma neta sozinha, porque minha filha morreu e minhas contas já estão acumulando. Como vou pagar conta se não me deixam trabalhar?” Um vendedor de CD’s e DVD’s, morador de Queimados, na Baixada Fluminense, faz uma viagem de trem de uma hora e meia para vender suas mercadorias no centro do Rio. Ele afirma: “Eu não acho que isso vai melhorar. Está ficando muita gente sem trabalho. Onde eu moro todo dia vem alguém que eu conheço dizer que o patrão mandou embora. E aí vai trabalhar aonde? Na rua, que nem eu. Quanto mais eles querem acabar com o camelô, mais camelô aparece. Onde eu moro conheço muito camelô. Muita gente depende disso pra sustentar família”.

Essas iniciativas repressivas da municipalidade têm feito com que os trabalhadores, por vezes,

enfrentem fisicamente os fiscais do “Choque de Ordem”. Tal conflagração tem resultado em ferimentos de trabalhadores e guardas municipais. Vale dizer ainda que, nas coberturas televisivas, as táticas de enfrentamento utilizadas pelos vendedores ambulantes são comparadas às do tráfico de drogas. Essa interpretação dos meios de comunicação reforça, sobremaneira, a perspectiva criminalizante e discriminadora sobre os trabalhadores de rua.

O panorama não tem mobilizado fortemente os cidadãos na defesa de seus direitos. Talvez o resultado das eleições municipais terminadas no mês de outubro de 2012 nos mostre que a luta pela eficácia simbólica (Delgado:2003) está sendo vencida pelos “controladores da ordem” de plantão. O prefeito Eduardo Paes foi eleito para um segundo mandato, tendo como vice-alcaide um quadro político tradicional do Partido dos Trabalhadores do RJ, com um arco de alianças composto por mais de vinte partidos políticos, na primeira votação realizada. Durante seus programas eleitorais na televisão, a ênfase recaía sobre as transformações urbanas vividas pela cidade. O próprio Paes protagonizou uma cena inusitada durante a campanha eleitoral: um ator, caracterizado como o ex-prefeito Pereira Passos, mentor das grandes transformações urbanas da aurora da República, posou ao lado do prefeito.

Muitas dessas reformas têm contado com o apoio do governo federal, de Lula da Silva e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, que foram tomados por uma perspectiva neodesenvolvimentista nos seus mandatos. A transformação do Rio de Janeiro em cidade da Copa do Mundo da Fifa, em 2014, da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) e dos Jogos Olímpicos, em 2016, catalisou essa situação a tal ponto que vemos muitos intelectuais atuando, colaborativamente, em algumas iniciativas “sociais” da prefeitura⁷, como no caso das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s).

**

Muito do investimento feito na Zona Central da cidade do Rio, sobretudo, na Zona Portuária, foi dirigido ao projeto Porto Maravilha – Operação Urbana Consorciada da

Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, que mudou a face daquela região, a qual já foi conhecida como a Pequena África do Rio de Janeiro, pela presença de negros e negras que ali eram comercializados, na área da Pedra do Sal, durante a escravidão e que, posteriormente, se fixaram na localidade e nos bairros vizinhos. Essa é a área também na qual se identifica o berço do samba na cidade, nos primórdios do século XX.

A Praça Mauá, tradicional área frequentada por moradores do Morro da Conceição (alguns são de origem portuguesa, outros, nordestinos que são fortemente discriminados, além de “quilombolas” e de artistas recém-chegados) e por marinheiros, prostitutas e trabalhadores populares, vem mudando seu perfil radicalmente. Tanto pela abertura dos espaços do lugar, o que facilitaria a vigilância e o controle de seus usuários, quanto pela mudança do gabarito de edificação e a reurbanização de ruas e praças do local, bem como pelo fechamento de boates de alterne ou de espaços de sociabilidades dos setores populares.

As políticas urbanísticas implementadas a partir do Instituto Pereira Passos (IPP) para essa área do Centro da cidade do Rio de Janeiro têm mesmo um caráter “civilizador”. Como observa o antropólogo José Reginaldo Gonçalves, especializado na temática do patrimônio, a “cultura” vem sendo esgrimida como argumento para normatizar práticas e condutas na localidade. Esses argumentos saem da cabeça dos técnicos do planejamento urbano do município, em sua grande maioria arquitetos com uma concepção muito própria dos usos adequados daquele espaço da cidade. Falando do trabalho de sua orientada de doutorado, Roberta Guimarães (2011), sobre o mito da Pequena África e do Morro da Conceição, Gonçalves adverte:

“ela trabalhou com vários urbanistas, entrevistando-os, e eles têm uma determinada concepção daquele espaço. Uma concepção que vai orientar os trabalhos de intervenção. O que penso, enquanto etnógrafo, é que os urbanistas deveriam ser vistos também como uma espécie de tribo. Eles também deveriam ser vistos como uma comunidade, partilhando

mitos, partilhando ritos, e isso não significa desqualificar o conhecimento deles. Pelo contrário, significa qualificá-lo: como é que esse pessoal conhece, que tipo de pergunta eles fazem, quais são os pressupostos deles. Assim como faz sentido perguntar pela comunidade dos advogados ou dos médicos. Como incluir essa dimensão? Não existe resposta pronta. Acho que é um processo político. Uma coisa bem interessante, que é demonstrar como os urbanistas operam com um determinado discurso onde há uma marcação do tempo, por exemplo, a Reforma Pereira Passos, como um marco fundamental na história da cidade. De fato é. Mas não podemos esquecer que se trata aí de um determinado enquadramento de uma memória, de uma determinada concepção de passado. Dentro desse jogo de linguagem, é perfeito, é isso mesmo. Mas do ponto de vista da população, da memória coletiva, não é isso que conta. São outras demarcações, em termos de história do Morro, e isso tem que ser considerado! Eu penso, depois de anos lidando com isso, é que as coisas se decidem mesmo no plano da discussão pública, da luta política em seus vários níveis. Se você tiver uma boa reflexão, um bom trabalho de pesquisa, isso ajuda muito, mas garantir bons resultados, não garante”.

Roberta Guimarães (2013) afirma, corroborando a observação de Gonçalves, em seu artigo “O encontro mítico de Pereira Passos com a Pequena África: narrativas de passado e formas de habitar na Zona Portuária carioca” que “as memórias e formas de habitar concebidas pelos planejadores se distinguiam de outras tantas, e cada pedra ou sobrado por eles modificado era capaz de mobilizar diferentes subjetividades, contranarrativas e conflitos. Como efeito de seus imaginários e intervenções, emergiam então no morro outros imaginários a ele associados e contrapostos” (pp.49-50).

Uma breve incursão pelo espaço reconfigurado apresenta-nos novos habitantes e frequentadores dessa localidade. Um café vendendo quiches e nhoques; a reabertura de um antigo restaurante de comida portuguesa incendiado com um visual intencionalmente

retrô e preços bem modernos; a destruição de uma ONG que trabalhava com jovens de classes populares em aulas de box, casas comerciais e albergues para jovens turistas, etc. Só continua no “novo espaço” a boate Kalesa que atende aos modernos e alternativos que aspiram a uma experiência “única” ali. Até mesmo o tradicional bloco de carnaval Escravos da Mauá, que ocupa o pé do Morro da Conceição, no Largo de São Francisco da Prinha, perdeu este ano o apoio da Prefeitura Municipal. Os moradores do Morro da Conceição já se sentem incomodados com a turistificação do local promovida nos últimos tempos. Podem-se encontrar cartazes escritos por seus moradores, que avisam: “Favor não tirar fotos de nossa casa sem autorização”. Enquanto isso, mesmo no Morro da Conceição e arredores, os preços dos aluguéis e imóveis alcançaram patamares elevados nos últimos quatro anos.

Esse quadro de mudanças aceleradas na cidade do Rio de Janeiro nos faz lembrar do diagnóstico feito por Manuel Delgado sobre o Fórum Universal das Culturas, transcrito em 2004, na cidade de Barcelona. O antropólogo afirma que a cidade de Barcelona “vive um colossal processo de urbanização e, como das outras vezes, parece requerer algum grande evento que a legitime simbolicamente”. Para Delgado, estaria em marcha um processo de higienização e de escamoteamento dos conflitos no espaço urbano com a transferência de importantes áreas da cidade para as mãos da especulação imobiliária.

Os megaeventos que a cidade do Rio de Janeiro abrigará, em 2014 e 2016, têm servido de justificativa para várias ações da municipalidade no sentido de suprimir direitos da população e de abrir brechas para os interesses do setor privado, inserindo-a no âmbito das *global cities* analisadas por Saskia Sassen (1991). O período pós-eleitoral foi farto de mudanças nos critérios de concessão de licenças e de quebra de gabaritos para construções de edifícios e de um campo de golfe, mesmo que em uma área de proteção ambiental, na Zona Oeste do Rio. A justificativa oficial para a liberação da área seria a permuta para construção de um parque em outro local da cidade.

Como explicam Pete Fussey e Gemma Galdon Clavell (2011), “em particular, e desde 1956 com a primeira menção sobre ‘legado’ olímpico em

Melbourne, tem havido uma conexão explícita entre megaeventos e a reconfiguração do meio urbano. Em anos mais recentes, megaeventos tornaram-se vinculados a uma série de políticas públicas de longo prazo que transcendem o efêmero ‘palco’ do evento real e ressoam ao longo do tempo e do lugar. Tais políticas incluem geralmente aspirações para a “regeneração” e uma melhor ‘sustentabilidade’ de uma determinada área, a securitização generalizada de geografias e toda uma reorganização da governança urbana”. Quer me parecer que a política de “Choque de Ordem” e todos os seus desdobramentos sobre a população são o custo que a sociedade carioca paga por ter se tornado parte das “cidades globais”.

Em outras palavras, “o problema é que esta pressão para uma violenta política de “fazer cidade” deverá inscrever o processo na chave do aproveitamento máximo segundo o evangelho da economia de mercado, na mais pura ótica do capitalismo imobiliário nas suas articulações atualizadas com os demais mercados: de entretenimento, de esporte, de turismo e de cultura.” (Sánchez *et alii*: 2010)

Oxalá tenhamos fissuras nesse contexto hegemônico para que múltiplos conflitos urbanos possam contrapor-se a essa dinâmica dominante, para que possamos retomar a rua e seus espaços públicos. A noção de “Choque de ordem” põe em relevo uma concepção muito particular e autoritária do que deva ser a cidade e seus usos. Tim Sieber (2008) conclui um artigo sobre Lisboa afirmando que os etnógrafos urbanos “talvez precisemos, até, de reconhecer a nossa própria necessidade das ruas e, também, do espaço público. Ao defender os direitos dos cidadãos das cidades em qualquer parte do mundo, estamos afinal a defender-nos a nós próprios, e não apenas os urbanitas que alguns de nós são. Na luta contra a actual privatização do domínio público em geral, temos também muitas das nossas próprias ruas a defender, e só algumas delas se situam na rua¹⁰” (p.62).

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome. 2011.

CAIAFA, Janice. Jornadas Urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV. 2002.

CARDOSO, Ruth. Obra reunida. São Paulo: Mameluco. 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados. São Paulo: Companhia da Letras. 1998.

CAVALCANTI, Maria Laura V. C. Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile. Rio de Janeiro: EdUFRJ. 2006.

CORDEIRO, Graça Índias. Um lugar na cidade: cotidiano, memória e representação no bairro da Bica. Lisboa: Dom Quixote. 1997.

_____ & VIDAL, Frédéric (orgs.). A Rua: espaço, tempo e sociabilidade. Lisboa: Livros Horizonte. 2008.

COSTA, António Firmino da. Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural. Oeiras: Celta. 1999.

DELGADO, Manuel. Carrer, festa i revolta. Barcelona: Generalitat de Catalunya/Institut Català d'Antropologia. 2003.

_____. Sociedades movedizas: pasos hacia una antropología de las calles. Barcelona: Anagrama. 2007.

FERNANDÉZ, Miquel. “Matar al Chino”. Entre la revolución urbanística y el asedio urbano en el barrio del Raval de Barcelona. Barcelona: Virus Editorial. 2014. (no prelo)

FOOTE-WHYTE, William. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

FORTUNA, Carlos & LEITE, Rogerio Proença (orgs.). Plural de cidades: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina/CES. 2009.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes. 1985.

HANNERZ, Ulf. Exploring the city. New York: Columbia. 1980. 2005.

JOSEPH, Isaac. El transeunte y el espacio público. Barcelona: Gedisa. 2002.

MAGNANI, José Guilherme C. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense. 1978.

____ & TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: EdUSP/FAPESP. 2008.

VELHO, Otávio G. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1976.

VELHO, Gilberto. A Utopia Urbana: um estudo de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1978.

____ & KUSCHNIR, Karina. Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

SANCHÉZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado global. Chapecó: Argos. 2003.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira *et all.* Quando a rua vira casa. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM. 1985.

____. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

SIMMEL, Georg. (1896) “O dinheiro na cultura moderna”; In: SOUZA, Jessé & Oëlze, Berthold. Simmel e a modernidade. Brasília: UnB. 1998.

____. (1903) “As grandes cidades e a vida do espírito”; In: Mana, vol. 11 nº 2 Rio de Janeiro.

Notas

1 Ver sobre a tema o artigo de Santos (2006) Festa, sociabilidade e espaço público: reflexões de um turista acidental na Festa de la Mare de Deu de la Mercè em Barcelona, Catalunya; In: Textos escolhidos de cultura e arte populares. Rio de Janeiro, v. 3, n.1, pp. 63-70.

2 A Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro tem um instituto de urbanismo cujo nome homenageia Pereira Passos. No sítio do Instituto Pereira Passos, somos informados que o IPP coordenou grandes projetos urbanos como o Rio Cidade, o Favela Bairro, o Rio Orla e o Porto Maravilha.

3 A repercussão midiática nacional demonstra certo consenso sobre a validade da iniciativa de regulamentação dos espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro.

4 Para maiores detalhes, ver o livro organizado pelos autores: O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: UERJ. 2011.

5 GAFFNEY, Christopher. “Megaeventos e dinâmicas sócio-espaciais no Rio de Janeiro, 1919-2016”; In: Journal of Latin America Geography 9 -1, 2010.

6 WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

7 Ver, com relação a esse ponto, o artigo de Susana Durão e Maria Claudia Coelho (2013) intitulado “Moral e emoção nos movimentos culturais: Estudo da ‘tecnologia social’ do Grupo Cultural AfroReggae”; In: Revista de Antropologia da USP. Vol. 55 (2), pp. 899-935.

8 GONÇALVES, José Reginaldo Santos; GUIMARÃES, Roberta Sampaio & BITAR, Nina Pinheiro. A alma das coisas: patrimônios, materialidades e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ. 2013.

9 FIRMINO, Rodrigo. “Cidade conectada, movimentos controlados: tecnologia, espaço e megaeventos”; In: Ciência e Cultura. Vol. 64, nº3. São Paulo, 2012.

10 SIEBER, Tim. “Ruas da cidade e sociabilidade pública: um olhar a partir de Lisboa”; In: CORDEIRO, Graça Índias & VIDAL, Frédéric. A rua: espaço, tempo, sociabilidade. Lisboa: Livros Horizonte. 2008.